

No âmbito do PRODER

O GAL MONTE aprova e acompanha projectos de desenvolvimento rural no Alentejo Central

Marina Parda

VEJA TAMBÉM EM
www.diarodosul.com.pt

FOTOS EXCLUSIVAS
diário do SUL

Diversificar o tecido económico local, promover a recuperação e conservação do património, aumentar a acessibilidade da população rural a serviços essenciais à comunidade e reforçar a governança e parcerias locais são, em traços gerais, os principais objectivos da Estratégia Local de Desenvolvimento “Dinamização das Zonas Rurais da Região do Alentejo Central” - 2009/2013.

Esta estratégia foi apresentada pelo GAL MONTE – Desenvolvimento Alentejo Central, ACE, em parceria com 27 entidades do Alentejo Central, em Julho de 2008, com o objectivo de promover a revitalização económica e social desta região.

Para dar seguimento a este propósito e no âmbito dos concursos abertos em 2009 à Medida 31 - Diversificação da Economia e Criação de Emprego, do SP3 do PRODER / Abordagem Leader, o MONTE aprovou um total de 30



Eduardo Figueira, presidente do Conselho de Administração do MONTE.

candidaturas, mas apenas 17 têm dotação financeira.

Como explica Eduardo Figueira, presidente do Conselho de Administração do MONTE, “dentro dos projectos aprovados, existe uma hierarquia. Como temos um determinado orçamento e esse orçamento só dá para um conjunto de projectos, não é possível financiá-los a todos. Contudo, os outros que estão aprovados, para o segundo aviso entrarão na aprovação e serão considerados outra vez, sem necessitarem de nova candidatura”. Acrescenta ainda que “podem entrar é outras candidaturas, mas fica tudo dependente

outra vez do nível de financiamento que nós tivermos”.

O GAL (Grupo de Acção Local Central) MONTE é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que congrega quatro associações de desenvolvimento local no Alentejo Central, sendo elas a Aliende, a ADIM, a ADMC e a Trilho. Foi entre o MONTE, a Rede de Gabinetes de Intervenção Rural (GIR), que estão localizados em cada uma das quatro associações, e os promotores dos projectos aprovados que foi celebrado um protocolo de colaboração. A assinatura desse protocolo decorreu no passado dia 27 de Abril, no Monte das Oliveiras, em



Assinatura de um dos protocolos de colaboração entre o MONTE, um GIR e um promotor de projecto.

Arraiolos.

De acordo com Eduardo Figueira, “uma das questões que consideramos essenciais é que não devemos só aprovar os projectos, mas também acompanhar e apoiar os promotores desses projectos, para que os mesmos tenham sucesso. Em termos operacionais são os GIR que vão acompanhar os promotores no desenvolvimento dos projectos”. Salienta ainda que “queremos desempenhar o papel que temos de agentes de desenvolvimento local”.

Os 30 projectos aprovados estão ligados a diferentes áreas, especialmente à diversificação de

actividades na exploração agrícola, à criação e desenvolvimento de microempresas e ao desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer.

No total, representam um investimento de mais de quatro milhões e 200 mil euros, o que significa um apoio do PRODER de cerca de dois milhões e 400 mil euros, a criação de 39 novos postos de trabalho e a manutenção de sete empregos, todos eles no Alentejo Central.

Na opinião do presidente do Conselho de Administração do MONTE, “nem que fosse só um posto de trabalho já era importante”, lembrando que “a nossa

região está a perder cada vez mais pessoas”. Como tal, considera “o programa importante para a região, nomeadamente para o desenvolvimento dos meios rurais”.

No entanto, Eduardo Figueira lamenta que “neste sistema do PRODER não temos a liberdade de lançar as candidaturas quando queremos. Temos de esperar a autorização do gestor do PRODER, em Lisboa, e só depois dessa autorização é que podemos abrir as candidaturas”.

Na sua perspectiva, “retiraram à sociedade civil a capacidade de trabalhar de acordo com as características do local e com os promotores, de forma mais individualizada. Temos que utilizar praticamente todos os instrumentos que a função pública tem. Eu não estou contra eles, mas que os use a função pública e não nos obriguem a nós a usá-los”, sublinhando que, “ainda mais, porque são iguais para todo o país, quando cada local tem a sua especificidade”.

Eduardo Figueira reforça que “é um entrave, pois não posso abrir novos concursos, nem aconselhar novos promotores, enquanto não houver autorização para fazê-lo”.

Pub.

Hoje o diário do SUL

voa para o México

coloured by you
com a white

